

As relações do Partido com a Administração baseiam-se no reconhecimento recíproco de que ao primeiro cabe a direção política, a elaboração das diretrizes e linhas gerais a serem seguidas pelo governo, ao qual cabe administrar com autonomia relativa. Autonomia aqui indica que não cabe ao partido indiscuir-se em assuntos tipicamente de governo, que são propriamente de implementação das políticas partidárias. A referência ao termo relativo justifica-se porque a atividade governamental deve realizar-se circunscrita às orientações política partidárias.

2. A par disso, fixamos também a compreensão de que as decisões de governo cabem ao Prefeito Municipal. ~~o prefeito municipal é o chefe do executivo municipal~~ Tal entendimento baseia-se no fato de que o chefe do executivo, o Prefeito Municipal, responde política e mesmo juridicamente, pelas atitudes da Administração Municipal perante as instituições (câmara de vereadores, judiciário, etc) e mesmo a sociedade civil. Assim, a hipótese de um prefeito que não decide, ou mesmo que dissolve a hierarquia de governo numa concepção conselheirista, configura o caos administrativo e a desmoralização política do governo frente à sociedade.

3. Os princípios acima arrolados- a primazia do partido, a autonomia relativa e a hierarquia da decisões de governo- , embora essencialmente corretos, não resolvem o conjunto dos problemas da relação administração/partido. Antes, os recolocam com nova complexidade. Fixam as bases de nossas relações, mas não abordam o seu desenvolvimento. Nossa experiência de um ano, por outro lado, pouco contribuiu para equacionarmos esta questão.

4. O princípio da primazia do partido, ou seja, a noção de que cabe ao partido a direção política da prefeitura, não realizou-se até agora em nossas relações. E por duas ordens de motivos: os primeiros presentes no Partido e os segundos na administração.

b) A idéia de direção política pressupõe um diálogo permanentemente renovado que legitime o sujeito político para realizar-se como sujeito dirigente.

O fato de existir um sujeito dirigente a priori é apenas uma normatividade formal constituída a partir de nossas relações internas. Para objetivarmos esta norma formal é preciso que o sujeito (o Partido) se capacite a incidir sobre os desdobramentos naturais da objetividade que quer dirigir. Ou seja, é preciso que o Partido, para ser dirigente, se capacite a orientar o projeto da AP.

Para isso é preciso que o Partido pense globalmente os impasses do projeto, ofereça-lhe soluções e constitua formas orgânicas de acompanhamento da realização de sua vontade.

sões conclusivas sobre assuntos importantes, há todo um debate a ser feito no interior da A.P. Tal debate deve, ou deveria, envolver o conjunto dos petistas presentes no governo, para que o prefeito possa optar entre alternativas amplamente discutidas.

11. Não tem sido esta, no entanto, a forma das tomadas de decisão. A dinâmica assumida pela administração reduziu os fóruns de debates internos, fundamentalmente, ao gabinete do prefeito, à secretaria de governo e a uns poucos assessores diretos. A consequência fundamental é que a legitimidade das decisões fica debilitada e o comprometimento do conjunto do governo com as medidas fica bastante reduzido. Se pretendemos comprometer o conjunto do secretariado e dos CCs do governo com as políticas da administração, trata-se de socializarmos ao máximo os impasses e soluções globais, de modo a rompermos com o corporativismo das secretarias.

12. No âmbito da administração deve-se adotar como organismos de discussão e orientação das decisões governamentais o conselho político e o secretariado. Estas instâncias devem adotar posições indicativas ao prefeito que podem, ou não, ser acatadas por este. Este mecanismo visa não transformar conselho e secretariado em órgãos deliberativos, mas constituir-los como instâncias por excelência do debate político dentro do governo, tornando transparentes as relações, comprometendo o secretariado com as políticas de governo, combatendo o corporativismo, etc.

13. As medidas arroladas acima não pretendem equacionar os impasses principais da Administração Popular. Estes, aliás, são muito mais ~~de~~ conteúdos relacionados com o conteúdo das decisões, ou seja, com o conteúdo das políticas que ora adotaremos, do que com a forma das tomadas de decisão. No entanto, a fixação de métodos e procedimentos claros podem auxiliar na superação da crise atual. Os secretários da AP devem realizar reuniões periódicas com os CCs de suas secretarias para aprofundamento do debate político. Tanto quanto possível tais iniciativas devem estender-se para o conjunto do funcionalismo municipal, de modo a disputarmos nosso projeto com seus principais executores.